

## Reseña de libro

**Cóssio, Maria de Fátima. (Org.) (2016). Políticas Públicas de Educação: desafios atuais. Pelotas: Ed. UFPel (ISBN: 978-85-7192-986-9), 2016, 138 páginas.**

Marilza Pavezi  
Universidade Federal de Alagoas, Brasil  
marilzapavezi2009@hotmail.com

---

A intenção de socializar as pesquisas sobre políticas educacionais resultantes das discussões realizadas pelas instituições de ensino superior da região sul do Brasil durante os encontros da Associação Nacional de Administração e Políticas da Educação – Anpae está concretizada nesta obra organizada pela Professora Dr<sup>a</sup> Maria de Fátima Cósio, vice-presidente da ANPAE da Região Sul. De acordo com a organizadora da obra, embora atualmente a produção científica sobre o tema Políticas Educacionais seja consistente ela não tem alcançado aqueles que são atingidos diretamente pelas políticas, ou seja, os professores e a comunidade escolar em geral. Daí decorre a forma de organização deste livro que compreende duas partes: a primeira parte reúne artigos que abordam uma discussão teórica e conceitual sobre as políticas; e a segunda parte é composta por artigos que tratam das políticas em ação e suas implicações para o trabalho docente.

Pavezi, M. (2016). Cósio, Maria de Fátima. (Org.) (2016). Políticas Públicas de Educação: desafios atuais, v. 1, n. 2, pp. 477-482.

---

Recibido: 04-07-2016  
Aceptado: 02-08-2016

Três artigos compõem a “Parte 1: modelos e conceituações de políticas educacionais.” O primeiro artigo “Hacia la construcción de un modelo pluralista para la investigación de las políticas educacionales: el *swarming*.” de autoria de César Tello, trata da política educacional enquanto campo teórico e da existência de múltiplos modelos teóricos analíticos para a investigação de seus objetos. Caracteriza alguns destes modelos destacando que o campo da política educacional os têm tomado em grande parte das ciências políticas. São apresentados pelo autor os seguintes modelos: 1º o “*modelo de análise de políticas públicas*” também chamado de “*proceso de decisión*” de Harold Lasswell (1951); 2º o “*modelo teórico da interacción política*” representado por Lindblom (1959); 3º “a teoria sistêmica” de David Easton que emprega o modelo sistêmico das ciências biológicas; 4º o “*modelo dos ciclos*” de Jones (1970) ou “*ciclo político*” que focaliza mais os processos do que as instituições. 5º modelo político “*das redes*” e “*das comunidades*” que favorece a crescente relação entre as esferas pública e privada; 6º modelo analítico da “*abordagem cognitiva de políticas públicas*” que considera a política como uma tentativa de resolver um problema da sociedade. O autor alerta para o fato que todos os modelos até aqui apresentados são incapazes de derrotar a linearidade positivista na pesquisa em política educacional. Tello (2016) apresenta e defende como um modelo possível entre outros o modelo pluralista do *swarming* para a análise de políticas educacionais. Por não haver tradução clara deste termo o autor o define como um enxame de abelhas em movimento. Conclui que o objeto de estudo da política educacional são os processos de tomada de decisão em *swarming*, onde há múltiplos componentes de análise. Embora reconheça que este modelo também apresenta limites o defende dada sua maior complexidade em relação aos demais e o considera um modelo adequado para a compreensão das realidades cada vez mais complexas a serem abordadas pelos investigadores.

O segundo artigo da Parte 1 “Políticas públicas: revisitando conceitos e relações com o campo educacional.” de autoria de Liliana Soares Ferreira, Cláudia Letícia de Castro do Amaral e Mariglei Severo Maraschin é resultado dos estudos do grupo de pesquisa Kairós da UFSM e busca elucidar concepções das políticas públicas enquanto campo do conhecimento através de pesquisa bibliográfica visando responder à questão: “Como a compreensão da historicidade e das diferentes concepções de políticas públicas possibilitam entender o campo educacional hoje?” As autoras respondem à questão imediatamente

afirmando que consideram necessário relacionar os fenômenos educacionais a um contexto mais amplo o que inclui as políticas que os “organizam” e sua historicidade. Para defender esta posição apresentam um breve histórico sobre o surgimento das políticas públicas como área do conhecimento e como componente curricular partindo da concepção aristotélica de política enquanto ciência da felicidade humana. Abordam os diversos sentidos do termo política em função do contexto socio-histórico em que é utilizado e a existência de múltiplas concepções sobre políticas públicas, além de destacar as críticas a elas dirigidas. Apontam que as políticas públicas enquanto componente acadêmico surge nos EUA na década de 1930, mas sua conceituação se amplia a partir da Guerra Fria e o início da globalização da economia. Abordam a relação entre o político e o poder ressaltando que há limites à participação política uma vez que são poucas as pessoas que estão envolvidas nestes trâmites. Ao tratar das relações específicas das políticas com a educação partem da afirmação que as políticas “são um conjunto de ações, decisões e diretrizes sob o controle do Estado...”. Embora na sequência apresentem ideias de autores que admitem o enfrentamento e as tensões no processo de definição das políticas educacionais, as autoras privilegiam/destacam ideias de autores que consideram o determinismo da economia e do mercado sobre as políticas educacionais que são usadas no processo de regulação social do capitalismo. Acreditam que este estudo pode indicar caminhos de discussão e transformação social da e pela educação.

O artigo “Políticas públicas educativas: é preciso separar o joio do trigo.” de autoria de Mariângela Borges encerra esta primeira parte do livro. A autora levanta questões sobre o significativo conjunto de políticas educativas criadas a partir do século XXI no Brasil e se estas atendem às necessidades reais da educação. Aponta como problema o fato dos professores, agentes que executam as ações decorrentes das políticas, desconhecerem a proposição, o destino e o sentido destas políticas. Ao considerar o MEC como a instância que pensa as políticas afirma que este deveria dar vez e voz aos professores também em sua elaboração. Parte da retomada de conceitos sobre as Políticas Públicas e Educação e apresenta resultados e análises de uma investigação empírica que, apoiada na vertente do neoinstitucionalismo, buscou entender como os docentes entendem as políticas públicas educacionais. Conclui que o resultado das políticas é determinado pelos agentes e não pela instituição, no entanto estes agentes (docentes) não se opõem às instituições (MEC, SEDUC) geralmente por desconhecerem as políticas, e executam-nas mesmo sem entendê-

las. Finaliza defendendo a utilização de avaliação das políticas públicas educativas no Brasil como forma de estabelecer sua continuidade, reformulação ou extinção.

A “Parte II: reflexões sobre políticas educacionais em ação.” é composta por quatro artigos que tratam das políticas em ação. O primeiro artigo da parte II do autor Jefferson Mainardes é intitulado “Políticas educacionais contemporâneas e algumas consequências para o trabalho docente.” Neste capítulo, o autor apresenta reflexões sobre as políticas e programas de avaliação da educação básica no Brasil com ênfase ao Ideb e suas consequências para o trabalho docente. Esclarece que embora não exista uma “política de avaliação da educação” há um conjunto de programas que assumem um caráter de “políticas de resultados”. Observa que a avaliação de desempenho e o Ideb não resultam em melhoria da qualidade da educação, mas em ranqueamento e classificação das escolas e aponta a proposta de política nacional de educação constante no Documento Referência da CONAE/2014 como mais adequada que a atualmente em vigor. As consequências das políticas de avaliação e do Ideb para o trabalho docente destacadas pelo autor são: 1- a redução da concepção de currículo que dificulta cada vez mais o acesso ao “conhecimento poderoso” por parte das crianças de classes sociais desfavorecidas; 2- o impacto para os sentimentos dos professores que pode ser de culpa, vergonha, desânimo ao serem responsabilizados pelos resultados sem que se leve em conta as condições materiais, socioeconômicas e culturais do contexto; a falsa ideia de melhoria da qualidade da educação pública uma vez que o Ideb representa uma média. Como implicações para a pesquisa Mainardes (2016) aponta: 1º necessidade de ampliar o espectro de análise para além dos dados numéricos considerando o contexto da escola e da sala de aula; 2º importância de explicitação de posicionamento epistemológico por parte dos pesquisadores em políticas educacionais; 3º necessidade de explorar de forma mais abrangente e crítica possível as políticas educacionais atuais possibilitando ao pesquisador atingir níveis de abstração mais elevados e a apreensão da “lógica de intervenção” bem como dos mecanismos gerais que orientam estas políticas. O autor finaliza o texto alertando para o fato de que o elevado número de políticas e programas educacionais não tem significado avanços na educação brasileira dada a ausência de um projeto educacional amplo e consistente.

O segundo artigo da Parte II de autoria de Tatiana Bolivar Lebedeff, Fabiano Souto Rosa, Francielle Cantarelli Martins e Madalena Klein recebe o título “O impacto dos movimentos

surdos nas políticas linguísticas e educacionais para surdos na América do Sul.” Os autores discutem as tensões e conquistas políticas, linguísticas e culturais dos movimentos surdos nos países da América do Sul. Apontam o reconhecimento oficial da Língua de Sinais através da Lei 10.436 de 2002 como um marco para a condição cidadã dos surdos no Brasil que hoje defendem o bilinguismo como direito humano. Apresentam um histórico de como se deu a oficialização da Língua de Sinais na América do Sul com destaque para a Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Peru, Venezuela e Brasil. Ao aprofundar o debate sobre o bilinguismo como direito humano os autores apresentam um panorama de como os movimentos surdos têm atraído a atenção dos tomadores de decisão e do público em geral para os seus problemas e seus direitos. Concluem que a ampliação das discussões e ações envolvendo temas de interesse da comunidade surda está atrelada à sua organização em associações que viabilizaram a luta do movimento surdo por seus direitos.

A autora Vera Maria Vidal Peroni contribui com o terceiro artigo a compor a Parte II deste livro sob o título “As parcerias entre o público e o privado para a formação de professores: a proposta do Plano de Desenvolvimento da Educação.” Neste texto a autora analisa como as redefinições no papel do Estado implicam em alterações nas relações entre o público e privado apresentado parte de uma pesquisa teórica que enfatiza esta parceria na proposta para a formação de professores do guia de tecnologias do Plano de Ações Articuladas - PAR. Afirma que as mudanças nas fronteiras entre o público e o privado se dão em situações de crise do capital e contraditoriamente o Estado é culpado pela crise e deixa de ser executor das políticas sociais repassando-as para a sociedade civil, ou terceiro setor, pautando-se na ideia de que o privado é o parâmetro de qualidade. A autora aborda a relação público e privado na educação brasileira a partir do detalhamento do PAR que admite e prevê esta parceria inclusive para a formação de professores, o que de acordo com a autora implica na restrição da autonomia dos professores e em retrocesso à democratização da educação.

Encerrando esta obra os autores Antonio Cardoso Oliveira e Maria de Fátima Cóssio apresentam o quarto artigo da Parte II intitulado “A expansão da rede e-tec Brasil e as implicações no trabalho docente.” A partir de um recorte da dissertação de mestrado que tratou deste tema os autores abordam a ampliação da rede federal de educação profissional com ênfase ao programa da Rede e-Tec Brasil ofertado na modalidade EaD. Acreditam que

a expansão da rede federal de educação profissional atende aos propósitos do capitalismo atual e apontam a democratização do acesso ao ensino como justificativa do governo para o investimento na modalidade EaD. Como implicações ao trabalho docente destacam: ausência de regulamentação trabalhista; precarização do trabalho docente resultante da intensificação do trabalho.

Ao concluir a resenha desta obra destacamos que a mesma traz importantes contribuições para a consolidação e expansão do campo das Políticas Educacionais por apresentar tanto discussões teóricas quanto reflexões sobre as políticas em ação. A abordagem de conceitos elucidativos sobre o tema num primeiro momento e a análise de algumas políticas educacionais postas em ação no Brasil recentemente, com apontamentos para as implicações ao trabalho docente, favorece aos pesquisadores da área uma visão ampliada das políticas educacionais enquanto um processo contínuo permeado pelos jogos de poder.

---

**Marilza Pavezi**

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Doutoranda em Educação – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora da Universidade Federal de Alagoas (Brasil). Pesquisadora da área de Educação Especial e Educação Inclusiva.

---